

A DIFERENCIAÇÃO DOS ESPAÇOS: UM ESBOÇO DE REGIONALIZAÇÃO PARA O TERRITÓRIO MINEIRO NO SÉCULO XVIII E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O REDESENHO DOS ESPAÇOS ECONÔMICOS NA VIRADA DO SÉCULO¹

Alexandre Mendes Cunha²

O desenho primeiro do urbano das Minas, que tem seu risco na força da economia mineradora, enreda-se pelo Dezoito e Dezenove em um processo complexo de produção social do espaço. Esses caminhos ente o urbano e o rural e a centralidade espacial das Vilas do Ouro só podem ser adequadamente lidos quando dentro de um quadro mais amplo, que traz em si a dinâmica das articulações e rearticulações entre regiões distintas no território da capitania. Em outros termos, o urbano que se conforma a partir do espaço da “cidade mineradora”, responderia desde logo a um conjunto de forças internas e externas ao território das Minas, que diferenciariam regiões e muito cedo se pronunciariam sob a forma de uma complexa relação campo-cidade.³

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica, como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro.⁴ No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas

¹ O presente artigo se baseia amplamente no Capítulo 2.3 - “A diferenciação dos espaços”, da dissertação de mestrado *Vila Rica - São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*, orientada pelo Prof. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

² Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

³ Sobre o argumento da “cidade mineradora” como eixo de leitura para a formação espacial da vilas setecentistas mineiras ver: Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2001 (Texto para Discussão n.º 164) / Alexandre Mendes CUNHA, “Vila Rica - São João del Rey: as transformações no urbano das vilas do ouro entre o século XVIII e o XIX” in: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR: ética, planejamento e construção democrática do espaço – maio/junho 2001, Rio de Janeiro, RJ*, Rio de Janeiro, ANPUR e IPPUR/UFRJ, 2001 / Alexandre Mendes CUNHA, Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, “Dimensões do Urbano: Espaço e Cultura nas Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX” in: *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: cinco séculos de cidade no Brasil – outubro de 2000, Natal, RN*, Natal: PPGAR/UFRN - ANPUR, 2000 / Idem, “A Tríade Urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais” in: *Anais do IX Seminário sobre a economia mineira – setembro de 2000, Diamantina, MG*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2000.

⁴ Roberto Luís de Melo MONTE-MÓR, *Gênese...*, p.5 / Francisco IGLÉSIAS, “Minas e a imposição do Estado no Brasil”, *Revista da História*, São Paulo 50(100), 1974, p.260 / Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas fronteiras do Brasil” in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa (vol. 3: O Brasil na Balança do Império, 1697-1808)*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 22-4.

e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que na passagem do Dezoito para o Dezenove poderia ser tomado como um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.

Achar, ou minimamente apontar os traços desse redesenho, é inquirir o mapa das Minas em profundidade; desde os processos de formação e expansão de fronteiras no sertão sem bordas do interior do continente, à dinâmica da articulação dos espaços do campo e da cidade, do rural e do urbano. Uma idéia básica auxilia a entrada neste processo complexo que tem por eixo central as transformações do espaço suscitadas pelo caminho da economia mineira ao longo do Dezoito e na entrada do Dezenove. Trata-se do fato de que com o avanço do Dezoito, verifica-se uma progressiva “regionalização” do território mineiro a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas. Trata-se de um processo de organização espacial orientado pelas especificidades produtivas locais e os arranjos das rotas de comércio que articula. Todavia, ler esta diferenciação nos termos próprios de uma configuração de “realidades regionais” talvez seja uma construção incisiva demais para o Dezoito; mais adequada parece a análise nos termos da formação de “espaços econômicos” distintos. Não obstante, a compreensão nesses termos não é inconciliável com a projeção cartográfica desses espaços diferenciados no mapa das Minas, o que não escapa de ser em boa medida um exercício de regionalização. A ressalva, ainda assim, da importância de se avaliar a diferenciação no Dezoito não como a configuração de uma economia regionalizada, mas como espaços econômicos distintos, parece válida. O objetivo aqui é portanto refletir sobre essas várias questões pertinentes ao tema da diferenciação dos espaços e propor um esboço de regionalização, com todas as ressalvas que caibam ao termo, válido para as Minas setecentistas.

Nos últimos anos ganhou força na historiografia a compreensão de que a dinâmica econômica para o Dezoito da capitania de Minas ultrapassaria em muito a expressão única da atividade mineratória. Neste sentido, mais do que reconhecer a

presença da atividade agropecuária, e de alguma espécie de produção manufatureira no Dezoito, interessa vislumbrar no variado panorama econômico que fica patente na primeira metade do Dezenove, suas vinculações com processos que estariam em curso no século anterior, e que trazem consigo os eixos de uma especialização espacial das atividades. Não obstante, é importante insistir na centralidade da mineração àquela economia, exatamente no que diz respeito ao estímulo para a diversificação. É o ouro que promove a formação urbana, o adensamento populacional, o ensejo da presença da coroa, bem como a existência de muitas outras atividades econômicas que lhe cumprem um papel de apoio. Sobremaneira importante, assim, é tomar a mineração como atividade econômica nuclear do Dezoito mineiro, e não escapar a esta questão é passo essencial para se abordar a passagem para o século XIX, no momento em que mais contundentemente se generaliza a decadência desta atividade enquanto um eixo dinâmico. Outros setores da economia, que em maior ou menor grau acabavam orbitando em torno da economia mineradora, mesmo no que diz respeito ao abastecimento dos centros que se mantinham povoados por conta da atividade mineratória, passam por um processo de redimensionamento de suas atividades e de busca por mercados externos. Especialmente aí, na pluralidade de ritmos e intensidade em que esta decadência da atividade nuclear é sentida nas diversas partes da capitania, é que assoma a maior ou menor capacidade de rearticulação econômica a partir de uma base agropecuária que fora desenvolvida ao longo do Dezoito.

Este cenário de complexificação da economia, assim como suas marcas no espaço, suscitam a elaboração de um modelo de regionalização capaz de auxiliar a discussão das transformações econômico-demográficas do Dezoito para o Dezenove no que ela tem de mais particular, qual seja: a conformação do núcleo minerador original e sua área de influência direta, a progressiva expansão da fronteira na marcha de ocupação territorial, e a diferenciação dos espaços e criação/rearticulação de centralidades locais a partir da complexificação econômica.

Um esforço para se diferenciar espacialmente a realidade econômica de Minas no século XVIII, tem estado presente em alguns trabalhos recentes, sem contudo, no mais das vezes, corresponder a uma reflexão que ultrapasse os limites administrativos das comarcas e busque entender especificidades espaciais capazes de recortar regiões no mapa. Destacada exceção, entretanto, é o estudo minucioso de Angelo Alves Carrara

sobre a agropecuária setecentista mineira, que expõe bases da diferenciação e especialização econômica no espaço da capitania a partir, especialmente, dos dados dos registros de passagem de mercadorias.⁵ Não obstante, no que acaba por pesar a limitação flagrante de fontes que ofereçam bases para uma ponderação dinâmica e acurada do processo de diferenciação econômica dos espaços regionais, a preocupação com a efetiva tradução espacial, em bases cartográficas, desta diversificação de áreas, não tem tido lugar nas pesquisas sobre o Dezoito. O quadro para o Dezenove é substancialmente diferente por conta da maior disponibilidade de dados, com destaque para as bases demográficas, assim como das preciosas observações deixadas dos viajantes estrangeiros, sendo o conjunto das pesquisas coordenadas por Clotilde Paiva e o modelo de regionalização originalmente construído por Marcelo Godoy bases consistentes para a análise das especificidades espaciais do território mineiro no período.⁶

Para encontrar o caminho da formação e diferenciação dos espaços nas Minas do século XVIII, é preciso, não obstante, haver-se com o processo amplo das recomposições de fronteiras na América portuguesa de então. O século Dezoito é o período em que efetivamente se conhece o interior do continente e em que uma série de disputas territoriais fazem definir, em larga medida, os contornos principais do moderno mapa brasileiro. As disputas em torno da Colônia de Sacramento, e com isto do acesso ao Rio do Prata, assim como dos sertões adentro do continente, no interesse de ratificar a propriedade de Portugal sobre os descobrimentos auríferos, que em muito já haviam ultrapassado os limites que Tordesilhas impunha; e ainda o não menos importante interesse pelos territórios ao norte que se estendiam no curso do Rio Amazonas, foram traduzindo-se em riscos de fronteiras a partir de sucessivas negociações diplomáticas, firmadas nos tratados de Utreque (1715), Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777).⁷ Este

⁵ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997 (Tese de Doutorado em História)

⁶ Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) / Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História).

⁷ Acerca desses tratados, ver: Joaquim Romero MAGALHÃES, “As novas...”; Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 4 vols.; Charles R. BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial —1695-1750*, trad. Nair de Lacerda, 2.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (Col. Brasileira, 341); Basílio de MAGALHÃES, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 4.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

quadro geral é que dá a carta de existência ao espaço das Minas Gerais do ponto de vista da geopolítica do império português. Neste sentido, mesmo que muito rapidamente se possa apontar diferenças nascentes na conformação econômica dos espaços das Minas, por conjunturas geográficas ou na influência dos caminhos, é inevitável acautelar-se de que não se resolve um exercício de regionalização sem entender também o movimento de conformação das fronteiras do território. É exatamente esta produção de limites que só lentamente se dá a conhecer com algum nível de precisão, que enreda a reflexão sobre a formação do espaço das Minas no movimento amplo de desbravamento do interior do continente no oeste da mineração. O espaço de um século, assistiria assim tanto aos agitados primeiros capítulos de um processo de formação de fronteiras, como aos movimentos de uma crescente diferenciação interna. Os eixos de ocupação, os eixos de comércio, os eixos de abastecimento, e quantos mais eixos forem, vão urdindo progressivamente, à força do impulso minerador, o território das Minas, fazendo do Dezoito o tempo de muitas e sucessivas transformações espaciais. O cuidado em se captar esta dinâmica acentuada neste movimento de formação e diferenciação se liga fortemente à preocupação de não se impor uma realidade regionalizada em momentos em que sequer se tinha conta de determinadas porções do território.

Buscar o adequado ritmo da diferenciação territorial das Minas ao longo do Dezoito é portanto, é um exercício sobremaneira útil no sentido de tomar o espaço em seu próprio tempo, ou ainda, de dar ao tempo sua adequada configuração espacial. O que especialmente se tem em conta é que o conjunto do território vai sendo produzido a partir da força integradora da economia da mineração, a partir de uma progressiva incorporação de espaços de formação distinta, diferenciados a partir de suas especificidades físico-geográficas e do curso de suas formações econômico-sociais. Isto porém não esgota a história na medida em que o refluxo da economia do ouro provoca um rearranjo dos eixos de integração a partir das novas áreas dinâmicas da economia e da influência dos territórios vizinhos, produzindo assim o quadro de forças que ao longo do Dezenove recortaria o desenho hoje conhecido de Minas Gerais.⁸

⁸ A questão dos limites do que seria o futuro estado de Minas Gerais arrastaram-se até o começo do século XX. A alteração mais significativa do mapa atual em relação à capitania de Minas nos setecentos, é a ausência do triângulo mineiro, que havendo sido devassado originalmente pelos habitantes que se afastaram dos núcleos mineradores originais ainda na primeira metade do século e sendo incluído pelos governadores da capitania (mesmo na indefinição de limites própria do período) como área sob sua jurisdição, é pela altura da sétima década do século incorporado oficialmente pela capitania de Goiás, só

O caminho que vai do território de todo ou em grande parte desconhecido, produzindo sua ocupação e o desenvolvimento de especificidades econômico-sociais capazes de suscitar diferenciações regionais, até por fim compor um quadro de articulações entre espaços distintos e com identidades próprias, é o principal a se apreender aqui. Ou seja, a imagem-movimento deste percurso é em si, mais sedutora e importante a esta narrativa do que um instantâneo do mapa do território em determinado momento de sua formação. Importa mesmo dizer, que a especificidade maior de Minas neste particular, o que a faz oferecer um exemplo único à América portuguesa, é a velocidade em que se dá esse processo. Ao longo de pouco mais de um século, o território passa de um sertão desconhecido, a um conjunto de regiões integradas, com preponderante importância na articulação econômica da colônia e na manutenção do império.

Esta conjuntura de expansão geográfica para o interior do continente tem na empresa dos paulistas sua mais clara representação, e a narrativa dos primeiros descobrimentos auríferos das Minas dão o detalhe da ação destes homens na primeira ocupação dos espaços da capitania. Duas categorias de percepção geográfica marcariam fortemente as representações sobre o território ao longo de todo o Dezoito e com ainda maior força na primeira metade do século: as “minas” e os “sertões”.⁹ Esta dissociação primeira que vai se firmar entre os espaços do nascimento das Vilas do Ouro e suas áreas contíguas, em oposição às paragens mais distantes, difíceis ou incertas, que bem atendem ao nome de sertão, oferecem caminhos a uma reflexão inicial sobre a diferenciação dos espaços que aí tem curso.

vindo a fazer parte do território mineiro em 1816, quando é anexada à comarca de Paracatu. Os ajustes ao sul, com a capitania de São Paulo, são em grande parte resolvidos ainda nos setecentos, sendo importante destacar a diligência neste sentido de Luiz Diogo Lobo da Silva, governador da capitania entre 1755 e 1763. As fronteiras do norte no setecentos se faziam com Pernambuco, na margem esquerda do São Francisco e Bahia pela margem direita. As principais disputas foram relativas a esta última, no que diz respeito aos descobertos auríferos de Minas Nova do Fanado. Pelo lado de Pernambuco, no começo do Dezenove as enormes extensões de terra da comarca do São Francisco são fracionada e provisoriamente chegam a pertencer a Minas (1824), até que em 1827, são definitivamente incorporadas ao território baiano. Os outros limites que ofereceram alguma confusão foram os com o Espírito Santo, uma vez que por todo o Dezoito permaneceu a região da fronteira como um sertão praticamente inexplorado. Data de 1800 o auto de demarcação entre as duas capitanias, sendo este ratificado em 1816. [Francisco IGLÉSIAS, “Minas Gerais” in: *História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)*, 3.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, pp.372-4 / Diogo de VASCONCELLOS, *História média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas, 1918, pp.176-241 / *RAPM*, Belo Horizonte (XVI, vol.1), 1911]

⁹ A distinção entre “minas” e “sertões” é apresentada originalmente para a discussão dos espaços econômicos nas Minas setecentistas em: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.45-56.

Definir sertão é tarefa arduosa. A história de seus usos é intrincada, mas conduzindo sempre a uma determinada percepção da natureza que se faz diversa e apartada do conhecido, do apropriado. Angelo Alves Carrara colige algumas tantas acepções do termo na busca de encontrar uma compreensão adequada ao século XVIII nas Minas,¹⁰ anotando que as primeiras referências ao termo, ao que parece, foram obra dos navegadores portugueses, como atribuição das terras que se opunham às costas ao longo das quais se navegavam, o “sartaam” a que se refere Vasco da Gama, e que se preserva em sua generalidade nas doações e forais das capitânicas hereditárias nos primeiros séculos da colônia. Esta referência esparsa no vocabulário dos navegadores vai com o tempo assumindo variadas qualificações nas referências dos que desbravavam terra firme. O sertão passa a ser designação mais específica a lugares, terras de determinados índios, áreas por onde corre certo rio, etc., “os diversos sertões do interior”, tal como na referência de Luís dos Santos Vilhena.¹¹ De forma geral, no caminho dos paulistas interior adentro, foi-se demarcando a multiplicidade de um território que antes se tomava com um grande bloco na qualificação destes muitos sertões. Todavia, uma certa coincidência impressões qualificavam estas áreas, não obstante essa diversidade de especificações; eram sempre assim os lugares do perigo, as terras de gentios perigosos e adversidades naturais de toda ordem.¹²

As qualificações originais do sertão a partir de uma orientações geográfica que o opunha à costa logo encontraram um conjunto de sentidos que qualificariam estas áreas também a partir de atributos demográficos e econômicos; não obstante, o mote era a mesma distinção, e os sertões ainda marcavam clara oposição às áreas de costa, engenhos, vilas ou áreas de mineração.¹³ O sertão em Minas Gerais, com o avançar do Dezoito, passou a determinar basicamente a grande área ao norte do território, já em cercanias com a Bahia, onde a atividade central, remontando ainda os fins do Dezesete, era a pecuária extensiva. José Vieira Couto trata desses sertões como “região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro”, e Auguste

¹⁰ *Idem*, pp.46-54.

¹¹ Luís dos Santos VILHENA, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas (1802)*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, vol. II, p.266.

¹² Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.47-8.

¹³ *Idem*, p.49.

de Saint-Hilaire, fala de uma “imensa região de fraca população”.¹⁴ Esta referência do sertão das Minas Gerais como situado nas largas extensões de terra do norte da capitania, que por fim acabaria por ser a acepção consagrada, alcançando nossos dias, termina por reforçar a etimologia mais provável do termo, o “desertão”, neste encontro com áreas típicas da caatinga e do semi-árido.¹⁵ Mas vale ainda o destaque ao uso do termo nas Minas para referenciar áreas nas quais era grande a presença de gentios, sendo ótimo exemplo disto a região ocupada pelos bravios Botocudos, na altura do Rio Doce e acima, assim como nas terras de índios Cropós e Croatos nos “sertões dos rios Pomba e Peixe”, entre as matas da Mantiqueira.

As “minas”, por sua vez, é a região governada pelos primeiros descobrimentos auríferos e seu perímetro de influência imediata. A área em que se fincam os arraiais mais antigos e onde mais rapidamente se verificou um adensamento populacional, que se mostrou vigoroso e persistente por pelo menos toda a primeira metade do Dezoito. O horizonte mineratório aos primeiros anos do século XVIII apresenta núcleos distribuídos por áreas desiguais em suas características naturais, mas que não obstante terminariam por compor uma faixa, com alguma continuidade, onde se concentrou a maior parte da população da capitania por todo o século e que mesmo com a decadência do ouro só teve sua centralidade rearticulada na segunda metade do Dezenove.¹⁶ O território original dessas minas reúne ao sul os núcleos de São João e São José del Rey, em campos também propícios, e já no primeiro momento, aproveitados para a agropecuária; a oeste os descobertos de Pitangui, já em meio aos prados curraleiros; mais ao centro os principais núcleos auríferos, nas cristas da Serra do Espinhaço, marcando a paisagem montanhosa de Vila Rica e Mariana e também Sabará e Vila Nova da Rainha (Caeté) no leito do Rio das Velhas. Mais ao norte, limitam-se essas minas com as áreas das descobertas de diamantes, onde está a Vila do Príncipe (Serro) e acima o arraial do Tejuco (Diamantina), plantados entre o maciço do Espinhaço e já em

¹⁴ José Vieira COUTO, “Memórias sobre as minas da Capitania das Minas Gerais”, *RAPM*, Belo Horizonte (X), 1906, pp.55-166; Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p.14.

¹⁵ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.49.

¹⁶ Sobre esta manutenção da centralidade do antigo núcleo minerador ainda no Dezenove a referência central é o trabalho de Mario Marcos Rodarte. [Mario Marcos Sampaio RODARTE, *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)]

outro clima e vegetação. A diversidade nas paisagens soma-se na percepção desse perímetro como a região das minas. Como ensina Diogo de Vasconcelos, os Cataguás ou Cataguases eram as terras do sertão ao norte de São Paulo para além da Serra da Mantiqueira.¹⁷ Na trilha dos bandeirantes que primeiro riscaram essas terras, as áreas dos descobertos ficaram conhecidas como as “minas dos Cataguases”, ou ainda as “minas gerais do ouro dos Cataguases”, e mais formas correlatas em que figurava a indicação “Minas Gerais” presente em algumas das primeiras cartas de sesmarias da capitania. O ponto é que este perímetro demarcado pelos principais núcleos mineradores e perfazendo o alvo para onde em um primeiro momento as rotas convergiriam, preserva grande identidade na produção do espaço daquele começo das Minas, a despeito das diferenças que apresenta na paisagem natural, e neste sentido, essas “minas”, ou “minas gerais”, conformam o primeiro recorte de uma regionalização do território da capitania. A delimitação dessa área de influência direta encontra-se representada no MAPA 1.

Importa dizer ainda, que a distinção entre minas e sertões, era categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria —meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões— assim como na forma da tributação dos dízimos e da capitação.¹⁸ Desta forma, este corte assoma como o principal traço distintivo a uma reflexão sobre a conformação de espaços regionais no mapa das Minas setecentistas; não obstante, alguns outros atributos, que ficam mais evidentes na segunda metade do Dezoito, concorram para uma mais cerrada diferenciação de áreas. A produção agrícola dos campos da região sul bem se enquadram aí, suscitando um desenho que faz opor outras duas categorias de percepção geográfica: os “campos” e “matos”.

A conformação dos “campos” da porção mais ao sul da capitania, que primeiro foram a borda do sertão adentrado pelos paulistas, em áreas dedicadas à agricultura e pecuária, deve ser lida em conjunto com a história da formação dos caminhos para as minas, assim como na própria configuração dos lugares de mineração no mapa da

¹⁷ Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1904, pp.116-8.

¹⁸ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.54 e Anexo 6 (A Legislação Agrária), p.260.

capitania. Como já se insistiu em outra parte do trabalho, desde um primeiro momento, a mineração põe a funcionar atividades de abastecimento, e a trilha dos caminhos acaba por funcionar como a primeira instância de fixação dos produtores destes gêneros. Margeando o Rio São Francisco e das Velhas, estariam os principais prados de criação de gado; ao sul e sudeste, por sua vez, a agricultura se desenvolveria mais fortemente. Marca-se aí na paisagem natural uma divisão clara entre os “campos” férteis e abertos ao sul do Rio Grande e as áreas fechadas, dos “matos” a leste, na extensão da Serra da Mantiqueira até o pé da Serra do Mar na capitania do Rio de Janeiro. Esta diversidade na paisagem natural, como já se disse aqui, seria uma marca funda na percepção dos que cruzavam as porções ao sul do território, especialmente visível a quem vinha pelo Caminho Novo deste o Rio de Janeiro, como foi o caso do ouvidor Caetano da Costa Matoso, em 1749, que bem distingue esses espaços ao passar de um para outro na altura de Borda do Campo:

“(…) daí entrei a subir e vim até um ribeiro em pouca distância e dele entrei a subir por uma serra acima, chamada Mantiqueira (...). Do alto dela, olhando para trás, vi a distância do que tinha andado até a serra do Mar e a infinidade de montes de que se compõem estas serras, na verdade, demasiadamente fragosas. (...) E daí vim descobrindo alguns morros descobertos sem matos, e só as baixas é que tinham algum, até que cheguei mais me foram aparecendo descobertos os morros, e ainda que o calor a esta hora me apertava bastante, contudo vinha já se algum desafogo, vendo que respirava e se estendiam mais ao longe os objetos da vista, deixando aquele afogado e melancólico caminho em que em dez dias não via outra coisa senão o mato e árvores imediatas a mim. Assim neste maior desafogo, cheguei pelo meio-dia a uma baixa em que há um sítio chamado a Borda do Campo, por nele acabar o caminho do mato (...).”¹⁹

Estes atributos naturais acabam por se traduzir na especificidade das atividades produtivas e na forma de ocupação dessas áreas, o que faz dos “matos” e dos “campos” bases suplementares para articular alguns cortes mais à distinção de “minas” e “sertões”. O elemento essencial a ser apreendido aqui, não obstante, é a dimensão da transformação socio-econômica do espaço. As marcas da paisagem natural, que por elementos da hidrografia, vegetação, relevo, etc., delimitam diferenças originais no

¹⁹ [Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais] FUNDAÇÃO João Pinheiro, *Códice Costa Matoso*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p.895.

território das Minas, só constituem categorias distintas de percepção do espaço com o movimento de ocupação efetiva das áreas. Neste sentido, todo o território mineiro era sertão no século XVII até que a descoberta do ouro em alguns regatos onde se formariam as primeiras Vilas do Ouro e o começo da efetiva ocupação dessas áreas com o corolário de forças econômicas e sociais na transformação do espaço conferem essa distinção entre o “desconhecido” e o “conhecido”, fazendo do sertão, grosso modo, as áreas ainda pouco exploradas para além dos núcleos mineradores. O avanço das áreas conhecidas, assim como sua apropriação econômica, é que marcariam as transformações nessas categorias de percepção do espaço. Desta forma os “sertões”, antes a designação irrestrita dos espaço desconhecidos, vão se diferenciando, como na conformação dos “currais” onde se espalha a pecuária extensiva ou dos “campos” onde começa a florescer uma área de produção agrícola para o abastecimento das “minas”. O sertão é assim empurrado para as bordas do não ocupado, não transformado e no limite não conhecido.

A ocupação do território mineiro esteve assim não só circunscrita a uma faixa bem menos estreita do que a coberta pelo atual mapa de Minas; como, especialmente, fazendo concentrar a maior parte de sua população na região dos descobertos auríferos originais, a região das “minas gerais”. O crescimento populacional de outras áreas foi um processo gradual mas que já na segunda metade do Dezoito marcava o desenvolvimento de outras tantas áreas para além do núcleo minerador, como se verifica no próprio aumento do número de povoações e na criação de várias novas freguesias em partes diversas do território. É patente a ausência de bases de dados populacionais para a totalidade dos habitantes das Minas por quase todo o século XVIII, o que representaria um instrumento ímpar para a análise do processo diferenciação progressiva dessa região das “minas”. Não obstante, algumas pesquisas recentes têm apresentado dados populacionais para a primeira metade do Dezoito com base nas listagens da população cativa realizadas para a cobrança dos quintos reais. Em trabalho recente Tarcísio Botelho apresenta algumas estimativas para a população total das Minas tendo por base essas listagens de escravos de 1721 e 22 (TABELA 1). Mesmo sendo várias as limitações do experimento, os dados da forte concentração populacional entre os termos de Vila Rica e da futura cidade de Mariana, por um lado, e do muito baixo número de habitantes em uma área mais à borda da região mineradora, como Pitangui, ajudam a

clarear a centralidade da região mineradora. Comparando os dados estimados para a cerca de 1721, agregados em comarcas, com o conhecido quadro de habitantes da capitania para 1776, (TABELA 2) o que se vê, para além do efetivo crescimento da população total a taxas muito significativas, é um certo rearranjo que já se faz marcante na concentração dos habitantes da faixa mineradora central, espacialmente representado ritmo menos acentuado de crescimento na comarca de Vila Rica, principal porção da região mineradora, e pelo crescimento da comarca de Sabará, do qual faz parte a vila de Pitangui, que à época cobria grandes extensões de terras nas regiões curraleiras no curso do Rio das Velhas. (MAPA 2)

TABELA 1: Minas Gerais - população total estimada (1721-2)

Vila	Pop.	%
Vila Rica (1721)	18.135	20,11
Vila do Carmo (1721)	22.210	24,63
Sabará (1721)	9.953	11,04
São João Del Rei (1721)	19.246	21,35
São José Del Rei (1722)	5.595	6,21
Pitangui (1722)	1.497	1,66
Vila do Príncipe	13.524	15,00
TOTAL	90.160	100,00

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, "População e escravidão nas Minas Gerais, c. 17201", *Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP*, Belo Horizonte, ABEP, 2000, p.14.²⁰

TABELA 2: Minas Gerais - população entre c.1721 e 1776

Comarca	c.1721	%	1776	%	cresc. anual
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
TOTAL	90.160	100,0	319.769	100,0	2,30

Fontes: Tarcísio Rodrigues BOTELHO, "População e escravidão...", p.14 e *RAPM*, Belo Horizonte (II, vol. 3), 1897 [1937], p. 511.

²⁰ Neste artigo de Tarcísio Botelho são apresentadas diversas hipóteses para compor uma estimativa da população mineira na segunda década do Dezoito. A tabela aqui apresentada foi composta a partir de uma média dessas hipóteses de estimativas; mais especificamente, uma média das estimativas com em que a população livre corresponde a 40% da população cativa e considerando-se a participação relativa do termo da Vila do Príncipe em 15% da população total.

O trabalho levado à cabo por Marcelo Godoy em 1990 na composição de um modelo de regionalização da economia provincial a partir da sistematização dos dados desses viajantes é, como se disse um esforço original e importante na tradução espacial da realidade econômica do Dezenove, prestando-se à projeção e análise circunstanciada do conjunto das relações comerciais e de produção da província. O cotejamento desses recortes espaciais com um conjunto ampliado de bases demográficas para a primeira metade do Dezenove aparece alguns anos mais tarde no trabalho de Clotilde Paiva, e tanto fornece bases para alguns ajustes nos contornos originais das regiões, como também ratifica a propriedade e capacidade interpretativa do modelo.²¹ Uma vez que a ambição aqui é buscar apreender algo da dinâmica de diferenciação do espaço mineiro ao longo do Dezoito, uma exposição, mesmo que breve, desse modelo de regionalização para a província se faz necessária, encaminhando daí o desdobramento e o diálogo com recortes próprios à capitania.

Pensar as regiões de Minas na primeira metade do século XIX ajuda a avaliar o conjunto das transformações que se processam a partir dos últimos anos do Dezoito e especialmente se dinamizaram a partir de 1808, tempo em que se faz contundente um eixo de reorientação a partir de um mercado externo —a praça do Rio de Janeiro— o que é especialmente verdade para produção agropecuária da região sul da capitania/província. Os resultados da pesquisa conduzida por Clotilde Paiva, contribuem

²¹ O modelo original desta regionalização foi proposto por Marcelo Godoy em 1990 [Marcelo Magalhães GODOY, *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História)], a partir de uma reconstituição dos itinerários e da espacialização das informações presente nos relatos de viagem de Charles James Fox Bunbury, Alcide D'Orbigny, Georg Wilhelm Freireyss, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, além de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Deste trabalho se demarcou um total de dezesseis unidades espaciais, tendo seus limites conformados com base em um mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de Charles Hastings, publicado em 1882. Uma versão adaptada desta regionalização, foi apresentada alguns anos mais tarde, em 1996. [Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109) e Clotilde Andrade PAIVA, *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História)]. Esta regionalização adaptada guiou-se pela superposição das riquíssimas informações demográficas oferecidas pelas listas nominativas 1831-2, em pesquisa coordenada por Clotilde Paiva, à regionalização original, permitindo redefinir/retificar os recortes antes traçados de modo a preservar a maior integridade possível das unidades municipais da década de 1830, assim como caracterizar mais a contendo algumas especificidades regionais antes não destacadas, como no caso de duas grandes áreas com um relativo vazio populacional (Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce). Não se altera, todavia, os marcos principais da regionalização, preservando em boa medida a identidades das regiões originalmente propostas, só que agora recortadas em dezoito unidades. É esta regionalização adaptada que será utilizada aqui para o diálogo com as transformações processadas na segunda metade do Dezoito.

neste sentido para ratificar alguns dos argumentos de Robert Slenes acerca da importância do setor exportador à economia provincial mineira, mas não obstante apontam para a importância de se redimensionar a proposição da exportação como o “centro dinâmico” da economia. Seu estudo acentua as evidências da presença de regiões com grande volume de produção para exportação, mas não obstante com baixo nível de desenvolvimento, o que especialmente põe em jogo o papel dos intermediários comerciais e sua ação nos entrepostos, que não raro resultava em uma relação desfavorável para os produtores.²² De forma geral, um ponto especialmente importante do trabalho desta autora é oferecer bases a uma espacialização ampla dos fenômenos econômicos nas diversas partes do mapa das Minas, permitindo que se recupere as ligações entre o setor exportador e os demais setores da economia da província.²³ No que diz respeito à questão propriamente espacial, a compreensão da dinâmica exportadora de Minas no Dezenove, articulada tanto pelo mercado externo quanto por rotas inter-regionais, tem implicações diretas na medida em que toda uma estrutura de hierarquias e centralidades se processa em função dos eixos de influência externos, seja na importância redimensionada dos entrepostos comerciais das áreas produtivas, ou nos fluxos comerciais que dinamizam e complexificam os sentidos das rotas comerciais, como bem se verifica a abertura de novos caminhos ligando o sul de Minas à praça do Rio, como nas estradas do comércio e da polícia.²⁴

Nesse modelo de regionalização para o Dezenove, o território de Minas encontra-se recortado em dezoito unidades: Extremo Noroeste, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste.²⁵ (MAPA 3) Estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província. Disto resulta, um quadro em que o maior nível de desenvolvimento está justamente associado às áreas fracionadas da região original das “minas gerais” e os

²² Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.126-7.

²³ *Idem*, pp.108-9.

²⁴ Alcir LENHARO, *As tropas da moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*, 2. ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, 1993, pp.49-50.

²⁵ Para uma descrição detalhada de cada uma das regiões, ver: Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp. 114-28 ou Marcelo Magalhães GODOY, *Intrépidos Viajantes...*, pp. 101-11.

novos espaços de articulação direta desses núcleos originais. Alguns resultados agregados por regiões destas estimativas populacionais para 1830-1/35, procedidas por Clotilde Paiva, podem ser acompanhados na tabela abaixo:

TABELA 1: Distribuição regional da população estimada para 1830/35

	Região	Pop. estimada 1831/35	%
Alto	Mineradora Central Oeste	169.074	25,0
	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	83.949	12,4
	Diamantina	28.393	4,2
	Sudeste	27.716	4,1
Médio	Mineradora Central Leste	33.619	5,0
	Médio Baixo Rio das Velhas	35.711	5,3
	Sul Central	88.278	13,0
	Sudoeste	27.716	4,1
	Mata	42.364	6,3
	Araxá	22.006	3,3
	Vale do Alto-Médio São Francisco	14.220	2,1
	Triângulo	10.287	1,5
	Paracatu	10.152	1,5
Baixo	Sertão	8.726	1,3
	Minas Novas	56.242	8,3
	Sertão do Alto São Francisco	18.089	2,7
	Sertão do Rio Doce	267	0,0
	Extremo Noroeste	-	-
	Total	676.809	100,0

Fonte: Clotilde Andrade PAIVA, *População...*, pp.201-9 e Mapa 14: "Distribuição Regional da População Estimada (1830/35) e a representatividade da População das Listas Nominativas (1931/32)"

A questão determinante a uma diferenciação econômica dos espaços das Minas setecentistas ainda está, todavia, por ser destacada a contento aqui; trata-se exatamente do processo original de configuração desses mercados segmentados na capitania, que no dezenove terminariam por demarcar uma realidade econômica efetivamente regionalizada. Neste sentido, é bom que se insista que uma primeira particularidade dos mercados locais, "regionais" em sentido amplo, de Minas no século XVIII é, em si, a própria possibilidade de desenvolvimento de uma economia regionalizada nos quadros do sistema colonial, entendida esta como o resultado de bases produtivas diferenciadas plantadas em meios geográficos com características naturais próprias, desencadeando dinâmicas diversificadas e apresentando relações econômicas que de alguma forma as articulem. A despeito da direta inserção do ouro enquanto um produto de exportação dentro da pauta e da lógica do sistema colonial, as particularidades desta economia mineradora fazem processar uma conjuntura de segmentações e atividades

complementares que é em muito distante do ambiente circunscrito por outros produtos de exportação colonial. São exatamente estas complementaridades que dão a tônica de uma experiência distinta no seio do sistema colonial —cedo encarada assim pela coroa com a instalação de um ampliado aparelho burocrático e de controle—, que por suas características intrínsecas fazem processar novos ritmos no comércio, articular circuitos de abastecimento e animar uma base de produção agropecuária.

Minas termina por ser responsável, como se disse, pelo primeiro movimento de articulação macro-regional no território da colônia em função da força de sua economia mineradora, sendo o seu processo de diferenciação interna em grande parte decorrência direta desta realidade. Neste sentido, o processo de regionalização da capitania guarda intimidade com as diferenças econômico-produtivas de áreas complementares da atividade mineradora e da força dos mercados macro-regionais a que lhe caberia o papel de articular. Daí a importância da reflexão acerca dos caminhos para a compreensão da formação dos “espaços” das Minas deste tempo. O destino final dos caminhos viessem do norte ou das áreas ao sul era o mesmo, a região das “minas”, o perímetro dos núcleos mineradores originais. E é entre as rotas do sertão ao norte, o caminho novo até o Rio de Janeiro o velho vazando os núcleos do sul até São Paulo, que se orientam as coordenadas originais desta região das “minas”. A partir de 1744, data da descoberta oficial das jazidas, marcaria-se a meio caminho da picada para Goiás, as minas de Paracatu; e já a vários anos, a nordeste, no vale do rio Jequitinhonha, o bom sucesso das lavras de Minas Novas, fazendo funcionar, em alguma medida, nessas paragens os movimentos de centralização, atração populacional, e promoção de eixos de comércio e abastecimento próprios dos núcleos mineradores.

Especialmente à primeira metade do século, a realidade dos caminhos é determinante do desenvolvimento e integração de algumas áreas no mapa das Minas; mais à frente estas dinâmicas se confundiriam com a consolidação das atividades agropecuárias em regiões diversas, em um desenho que prenuncia, e prepara, a realidade setorizada que se pode ler no Dezenove, tal qual se vê na regionalização proposta por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva. À altura dos anos vinte dos setecentos, eram três os registros de entrada de mercadorias na capitania: o de Rio Grande, no caminho de São Paulo, o das Abóboras, no que seguia para a Bahia e o do Caminho Novo, ao meio da viagem do Rio de Janeiro. A este momento de forte expansão das Minas, as relações

com a praça do Rio de Janeiro, como já se mencionou anteriormente aqui, eram ainda bastante acanhadas, sendo que era de São Paulo que partia a maior parte das fazendas de secos e molhados, e da Bahia o maior número dos escravos usados nas minas, como se verifica na TABELA 2.²⁶ Esta conjuntura foi então progressivamente pendendo para o Rio de Janeiro, e em meados do século o quadro do volume de entrada pelos registros seria bastante diverso, alçando a praça do Rio a uma posição de destaque. Ao que interessa aqui, entretanto, importa dizer que à segunda metade do Dezoito não só o arranjo das ligações com os mercados externos à capitania estaria alterado, em detrimento do eixo norte em direção a Salvador, assim como já estaria bem fincadas as rotas de circulação de mercadorias produzidas e consumidas na própria capitania, sendo, por exemplo, os registros de entrada de mercadorias importadas como o sal para o gado, ou de muares para compor tropas, bons indícios do desenvolvimento dessas atividades em algumas regiões. A especificidade maior das atividades produtivas da economia mineira para além do ouro nos setecentos é a ausência de gêneros alimentícios com vistas a exportação. A produção se pautava pelos gêneros de subsistência, e somente a dinâmica de núcleos essencialmente urbanos dedicados à indústria mineratória foi capaz de desenvolver este desenho econômico. A esta segunda metade do século XVIII então, já seria possível rastrear um processo mais complexo de diferenciação econômica dos espaços da capitania, conformando um punhado de cortes capazes de orientar um exercício de regionalização, para os quais sem dúvida os registros são boa porta de entrada às especificidades que se conformam.

TABELA 2: Movimento de cargas e escravos em 1717

	Registro			Total
	Rio Grande	Abóboras	Caminho Novo	
Secos	1.007 (73%)	210 (15%)	158 (11%)	1.375 (100%)
Molhados	8.664 (85%)	1.350 (13%)	223 (2%)	10.237 (100%)
Escravos	177 (17%)	778 (74%)	92 (9%)	1.047 (100%)

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.109.

Para a segunda metade do Dezoito, os registros que escrituravam o movimento de importação de mercadorias, seriam basicamente os do Caminho Novo, Mantiqueira, Jacuí, Ouro Fino, Itajubá e Jaguari, ao sul, e ao norte os de Rio Pardo, Malhada, Jequitinhonha e Aracuaí. Além destes pode-se demarcar outros tantos mais que

²⁶ Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.108-110.

cuidavam especialmente da circulação interna de mercadorias da capitania, aí estariam os registros de Zabelê, Sete Lagoas, Ribeirão da Areia, Pitangui, Onça, etc. A posição central da praça do Rio nos negócios das Minas se anota especialmente da posição que manteve durante toda a segunda metade do século o registro do Caminho Novo, pela altura de Mathias Barbosa, sendo responsável por cerca de sessenta por cento do total do contrato das entradas no século. Não obstante a posição deste registro no conjunto das importação mineiras ao longo do Dezoito, pode-se verificar uma progressiva diminuição de sua movimentação com o aproximar do final do século, o põe em cena a crescente importância no mesmo período do registro da Mantiqueira com volumes crescentes, mas não obstante em valores ainda bastante abaixo dos do Caminho Novo. Esse registro importava especialmente eqüinos e sal, o que estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento da agropecuária na região sul, e respondendo a um movimento crescente de exportação de fumos, reses e porcos para o Rio de Janeiro já no último quartel do século. Da mesma forma deve-se anotar o crescimento nos volumes de entrada do registro da Malhada, na divisa da capitania ao norte, que seria responsável quase que exclusivamente pela entrada de enormes quantidades de sal, provenientes das salinas do São Francisco, e que se destinariam especialmente a dois entrepostos redistribuidores, na Barra do Rio das Velhas e em São Romão.²⁷

No que diz respeito à fronteira do sul de Minas com o norte de São Paulo, para a segunda metade do século, por onde se estendiam os registros de Itajubá, Jacuí, Mandu (depois transferido para Jaguari) e Ouro Fino, a regra foi o de um comércio acanhado, especialmente de molhados, onde só em pequeno número eram registradas fazendas secas ou a entrada de escravos. Todavia, reforçando o argumento geral do desenvolvimento da região sul aos últimos anos do Dezoito e na virada para o Dezenove, pode-se anotar o aumento dos rendimentos de alguns destes registros, como a partir de 1774 para o de Itajubá, ou no movimento crescente de entrada de muares e cavalos novos pelo registro de Jacuí a partir do ano de 1772. A TABELA 3 oferece algumas agregações dos dados de entrada de mercadorias por esses registro do eixo sul da capitania, assim como do rendimento total das entradas. Mesmo sendo essencial a ressalva dos problemas resultantes das séries incompletas, o se reflete nas médias apresentadas, a visão geral desses movimento ilustra o argumento geral aqui

²⁷ *Idem*, pp.111-4.

apresentado.²⁸ Infelizmente, os dados das exportações a partir desses registros são exíguos para o começo do Dezenove e mais ainda para o Dezoito, não obstante, a dinâmica das entradas ajuda a tecer algumas considerações indiretas sobre o desenvolvimento econômico das regiões. Desta forma, é importante destacar a progressiva retração no movimento do registro do Caminho Novo (TABELA 4), e especialmente o movimento crescente na importação de sal e eqüinos no registro da Mantiqueira no sul de Minas (TABELA 5), que relaciona-se diretamente ao também crescente movimento de exportação de fumos, reses e porcos pela região para o Rio de Janeiro, para o qual tem-se os dados para o período entre 1802 e 1811 (TABELA 6).²⁹

TABELA 3: Rendimento médio do contrato das entradas (em mil réis - 1\$000)

Registro	1769-72	1790-93	1794-97	1804-07
Caminho Novo	127.481	91.840	84.245	-
Mantiqueira / Capivari	15.236	23.530	20.891	15.017
Jaguari / Mandu	3.386	-	-	-
Itajubá	202	1.279	1.699	1.610
Ouro Fino	339	403	-	844
Jacuí	257	285	117	551
Todos os registros da capitania	136.027	131.569	114.764	115.981

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.255-8.

TABELA 4: Movimento das entradas pelo registro do Caminho Novo (1763-1769)

	1763	1764	1785	1786	1789	1790
fazenda seca (cargas)	-	-	15.887	13.673	6.366	17.025
molhados (cargas)	-	-	47.484	43.618	26.561	62.189
Escravos	3.721	3.619	2.253	2.038	904	1.842
	1791	1792	1793	1794	1795	1796
fazenda seca (cargas)	20.402	17.653	16.235	16.981	13.342	11.415
molhados (cargas)	61.657	57.186	64.958	58.931	57.597	46.382
Escravos	2.005	1.897	1.720	2.243	2.046	856

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

²⁸ *Idem*, pp.114-7.

²⁹ *Idem*, p.112.

TABELA 5: Movimento das entradas pelo registro da Mantiqueira (1788-1818)

	1788	1789	1790	1791	1792	1793
escravos	119	186	85	90	142	274
sal (cargas)	22.000	17.097	13.283	11.745	-	-
mulas	2.087	950	1.331	2.632	1.045	2.618
cavalos	373	414	99	6	32	63
	1794	1795	1796	1797	1798	1799
escravos	139	220	199	145	68	58
sal (cargas)	-	-	-	-	-	-
mulas	860	3.387	671	1.718	1.157	1.974
cavalos		15	15	97	34	93
	1800	1804	1805	1806	1807	1818
escravos	91	122	113	157	106	235
sal (cargas)	-	13.480	14.832	13.019	12.716	16.067
mulas	383	137	1.551	717	554	767
cavalos	9	63	95	24	40	-

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.113.

TABELA 6: Movimento da exportação pelo registro da Mantiqueira (1802-1811)

	1802	1803	1804	1805	1806
Reses	1.050	717	1.547	2.056	1.142
toucinho (porcos)	716	635	486	594	794
fumo (arrobas)	10.626	12.910,5	12.537,5	11.496,5	9.356,5
	1807	1808	1809	1810	1811
Reses	1.504	401	2.195	1.114	2.015
toucinho (porcos)	1.164	756	608	528	1.632
fumo (arrobas)	13.813	10.389	13.261	12.488	13.296

Fonte: Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, p.114.

O movimento dos registros localizados no entorno dos núcleos mineradores principais da capitania —tanto a zona mineradora central, como a demarcação diamantina e as vilas de Paracatu e Pitangui— oferecem referências importantes acerca dos circuitos internos de abastecimento. Este movimento interno da economia, que fazia passar por estes registros, especialmente as “fazendas sertanejas” —sal das salinas sanfranciscanas, sabão, sebo, carne-seca, sola, cera e couros de boi, de veado e de lontra, além de ‘peixes salpresos’—,³⁰ mas também as rezes das zonas curraleiras e uma

³⁰. *Idem*, p.78.

série de produtos para o consumo imediato que muitas vezes eram incluídos indistintamente na rubrica de molhados.³¹

O atendimento da demanda era feito por grandes unidades produtivas, o que constitui, como insiste Angelo Alves Carrara, uma característica estrutural da economia colonial mineira, cabendo a poucos titulares a quase totalidade da produção mercantil de gêneros agropecuários.³² Pode-se inferir que esta especificidade, que foi regra no Dezoito, teria conferido o dinamismo necessário à atividade para processar rearticulações eficientes em função do surgimento ou incremento da demanda de áreas em desenvolvimento dentro ou fora da capitania. Neste sentido também, aponta-se mais um eixo em que é correto relativizar a perspectiva de que a economia agropecuária que se desenvolve em função do abastecimento da praça do Rio de Janeiro a partir de 1808, englobava propriedades de porte diverso em um mecanismo de “produção mercantil de subsistência”, como insiste Robert Slenes. Não é o caso de se tomar a economia agropecuária no Dezenove como resultado de fórmula única, as evidências demográficas, inclusive no que diz respeito à estrutura de posses de escravos, apontam mesmo para a diversidade desses cenários econômicos na trajetória da capitania/província; mas sem dúvida, a estrutura de concentração da produção voltada para o abastecimento ao longo da segunda metade do Dezoito em Minas, oferece um importante indício para analisar a formação do setor exportador mineiro do Dezenove.

Pensar uma regionalização é necessariamente arbitrar sobre o que se deseja entender, ou seja, é dar mais destaque a algumas características em detrimento de outras, combinando recortes espaciais de aspectos econômicos, populacionais, e também do relevo, clima, hidrografia, etc. Particularmente o que se vai tentando ver aqui é um processo de diferenciação do espaço do século XVIII para o XIX, que tem como eixos principais a articulação do rural como região autônoma e a fragmentação,

³¹ Acerca desses movimentos de circulação interna de mercadorias e das direções e ritmos desses fluxos, Renato Pinto Venancio tece algumas considerações interessante em artigo recente, produzindo mesmo um mapa das principais rotas comerciais de Pitangui no Dezoito. Veja: Renato Pinto VENANCIO, “Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial” in: Júnia Ferreira FURTADO (org.), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. Outra referência importante para a análise dos fluxos de mercadorias no entorno de alguns dos núcleos mineradores é, Cláudia Maria CHAVES, *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*, São Paulo, AnnaBlume, 1998.

segundo novas e distintas identidades econômicas, do bloco minerador central. Achar sentido próprios para se falar em região é, não obstante, tarefa custosa, e é exatamente por isto, que afirmar certas filiações e acentos do esforço empreendido é quase que inescapável. Nesta perspectiva, é bastante apropriado, antes de marcar por fim o esboço do conjunto de regiões processadas na diferenciação do espaço mineiro da segunda metade do Dezoito, o recurso à reflexão de Ilmar Mattos acerca das possibilidades de se definir uma região no espaço colonial. Certo que o objetivo deste autor nessa passagem era mais próximo da compreensão do que neste texto é tratado por articulação macro-regional, correspondendo à conformação no final do período colonial das relações espaciais e históricas que tramam os contornos essenciais do que no futuro seria a região sudeste do Brasil. No entanto, mesmo que aqui o interesse de se marcar um esboço de regionalização seja mais estritamente governado pelo conjunto das relações econômicas, a compreensão da confluência entre o “espaço socialmente construído” e o “tempo histórico” na argumentação de Ilmar Mattos oferece um desenho preciso de intenções que permeiam muito dos interesses principais do presente trabalho, o que motiva a transcrição de todo o trecho:

“Se todas essas informações põem em destaque a diversidade, e não a unidade, elas nos impõem também uma questão: o que constitui uma região no espaço colonial?”

Anotemos de imediato que a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitânias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial.

Ora, a pergunta feita acima constitui-se no primeiro indicador para a sua resolução quando localiza a região numa colonização de exploração, nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, quanto impõe o cruzamento das dimensões espacial e temporal e procura apreender a região como algo dinâmico. *E isto porque, se a região possui uma localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por se um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial.* Deste modo,

³² Angelo Alves CARRARA, *Agricultura...*, pp.132.

a delimitação espaço-temporal de um região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais.”³³

Para apresentar, então, este esboço de regionalização para o Dezoito, o primeiro elemento a ser novamente lembrado é a fluidez dos limites do território da capitania. As fronteiras como já se insistiu anteriormente seriam ainda por muito um objeto em construção e neste sentido, mais importante aqui é a visualização de espaços que apresentam identidades econômicas e uma certa unidade de atributos geográficos, aos quais, em última instância, as atividades produtivas estão associadas. Daí também a importância das “categorias de percepção” do espaço setecentista apresentadas no MAPA 1, como elementos centrais para a construção de cortes de regiões válidas para o Dezoito. Associando essas categorias de percepção do espaço que se pronunciam ainda na primeira metade do Dezoito, ao modelo de regionalização para o século Dezenove proposto por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva (MAPA 3), é sustentar um diálogo entre essas segmentações do território, que seja capaz de captar o elemento dinâmico da diferenciação do espaço mineiro. Partindo então de certas agregações desse modelo Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, pressupondo as questões específicas das tramas do comércio setecentista, apoiadas aqui especialmente nas pesquisas de Angelo Carrara, ajustando os cortes em atenção a especificidades do relevo, da hidrografia e mesmo de conjunturas da estrutura administrativa no Dezoito, é possível apresentar o esboço de dez regiões neste mapa da capitania de Minas. (MAPA 4)

Na parte sul, divisa-se a região da **Mata**, que corresponderia exatamente às porções de vegetação mais densa da Serra da Mantiqueira a partir da fronteira com o Rio de Janeiro, e os **Campos Sul**, que marcam a saída dos “matos” para o “campo” a leste, as conflituosas fronteiras com o norte de São Paulo abaixo dos rios Verde e Sapucaí ao sul, e a oeste, no curso do Rio Grande até áreas ainda pouco povoadas na segunda metade do Dezoito. Esta primeira região basicamente coincide com a região da Mata da regionalização de Godoy e Paiva, e a segunda é a soma das regiões Sudeste, Sul Central e Sudoeste.

³³ Ilmar Rohloff MATTOS, *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4.ed., Rio de Janeiro, ACCESS, 1999, pp.23-4. [No original sem o destaque]

Mais ao centro, divisa-se a região **Mineradora Central**, que representa o núcleo central da faixa das “Minas” dentro das categorias de percepção do espaço setecentista. Responde exatamente pela porção mais marcada pela mineração do ouro e diretamente matizada pela influência de Vila Rica e Mariana, e mais acima da vila de Sabará. Apresenta as terminações da Serra do Espinhaço, o que lhe marca um relevo bastante acidentado. Corresponde em grande parte à agregação das regiões Mineradora Central Oeste e Leste, todavia preservando o espaço de articulação direta de Sabará no alto Rio das Velhas.

A oeste está a região do **Rio das Velhas e Alto São Francisco**. Esta área encontra-se delimitada pela barreira natural da Serra da Canastra a oeste e abriga as nascentes do Rio São Francisco que lhe corta em seu curso rumo ao norte. Sua área central é dominada pela influência da Vila Nova do Infante de Pitangui. Ao sul faz borda com o Rio Grande nas terras em que seria fundada em 1789 a vila de São Bento do Tamanduá e ao norte se limita pela importante área de entreposto e ligação com os sertões no encontro do São Francisco com o Rio das Velhas. Respeita alguns dos limites principais das regiões Intermediária de Pitangui Tamanduá, Sertão do Alto São Francisco e Médio Baixo Rio das Velhas. Também para oeste, para além da Serra da Canastra, estão as terras do **Sertão de Goiás**, que só tiveram sua ocupação iniciada na segunda metade do Dezoito, permanecendo daí até o começo do Dezenove como território da pertencente à capitania de Goiás.³⁴

A leste estão as terras extensas do **Sertão do Rio Doce**, em identidade com a região de mesmo nome na regionalização de Godoy e Paiva, e correspondendo às terras de fronteira, perfazendo um vazio demográfico até mesmo na primeira metade do Dezenove, ocupado por diversas tribos de índios bravios.

A região **Diamantina** reúne as áreas de influência direta do distrito diamantino e da Vila do Príncipe, com recorte um tanto diverso da região de mesmo nome na regionalização de Godoy e Paiva.

³⁴ As notícias iniciais da ocupação desta parte do território são espaças e um tanto conflituosas. De forma geral, a ocupação parece se relacionar aos primeiros descobertos auríferos das “minas do desemboque” no começo da década de sessenta do século XVIII, não obstante certos indícios apontarem para entradas mais antigas por essas áreas. O território passa, em meio a algumas disputas, a pertencer à capitania de Goiás e só em 1816 é assegurada a incorporação ao território mineiro dos julgados de Desemboque e São Domingos do Araxá. [Diogo de VASCONCELLOS, *História média...*, pp.182-8 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1995, pp.31-4 e 112-4.]

Ao norte estão os extensos prados das regiões do **Sertão do São Francisco**, **Sertão do Urucuia** e **Paracatu**. A primeira corresponde às grandes extensões de terras desde a margem direita do Rio São Francisco até o leito do Rio Jequitinhonha. Encontra-se ferida em seu interior pelo maciço da Serra do Espinhaço, e em sua porção mais a leste é território de influência direta da vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, fundada ainda em 1729, e mais a leste dos principais entreposto e paragens do curso do São Francisco. É bom que se insista também na fluidez dos limites desse território amplo dos sertões no que diz respeito às suas fronteiras com a Bahia.³⁵ Relativamente à regionalização para o século Dezenove, corresponderia às regiões de Minas Novas e do Sertão.

A região do **Sertão do Urucuia** e também um ponto de baixíssima densidade demográfica, marcando indefinições de limites com os confins da capitania de Pernambuco. Finalmente, a região de **Paracatu**, representa os limites da expansão da colonização no território mineiro e um ponto de junção de caminhos na direção de Goiás. A norte corta com o vale do Rio Urucuia e a nordeste faz ponta com as terras da freguesia de São Romão, à margem esquerda do São Francisco.

Neste rápido panorama a atenção esteve centrada nos processos econômicos de diferenciação econômica do espaço em um contraponto das realidades dos século XVIII e XIX em Minas. Dois aspectos intimamente ligados a esta problemática que acabaram não tendo aqui o devido destaque são o processo de formação do espaço das Minas, no específico da conformação do urbano a partir da mineração, assim como os movimento internos da população no curso de expansões e rearticulações da economia. Não obstante, acredita-se que o quadro apresentado serve para incitar o debate sobre a diferenciação espacial no Dezoito mineiro e, especialmente, sobre as bases para a representação desses espaços.

³⁵ Em 1729 uma carta régia determinava que os novos descobertos de Araçuaí e Fanado ficassem pertencendo à capitania da Bahia. A vila de Bom Sucesso de Minas Novas do Fanado, criada no mesmo ano, estaria administrativa e militarmente subordinada ao governo da Bahia, mas judicialmente pertencendo à comarca do Serro Frio. Em 1757, o Conselho Ultramarino determina a incorporação desta área ao território da capitania de Minas, mas ainda assim algumas dúvidas na interpretação desta resolução só fizeram com que a questão se resolvesse por completa com uma carta régia de 1760 que determinava taxativamente a subordinação de Minas Novas —militar, administrativa e judicialmente— à comarca do Serro Frio. [*RAPM*, Ouro Preto (I), 1896, p.769 e (III), p.777 / Waldemar de Almeida BARBOSA, *Dicionário...*, pp. 204-5]

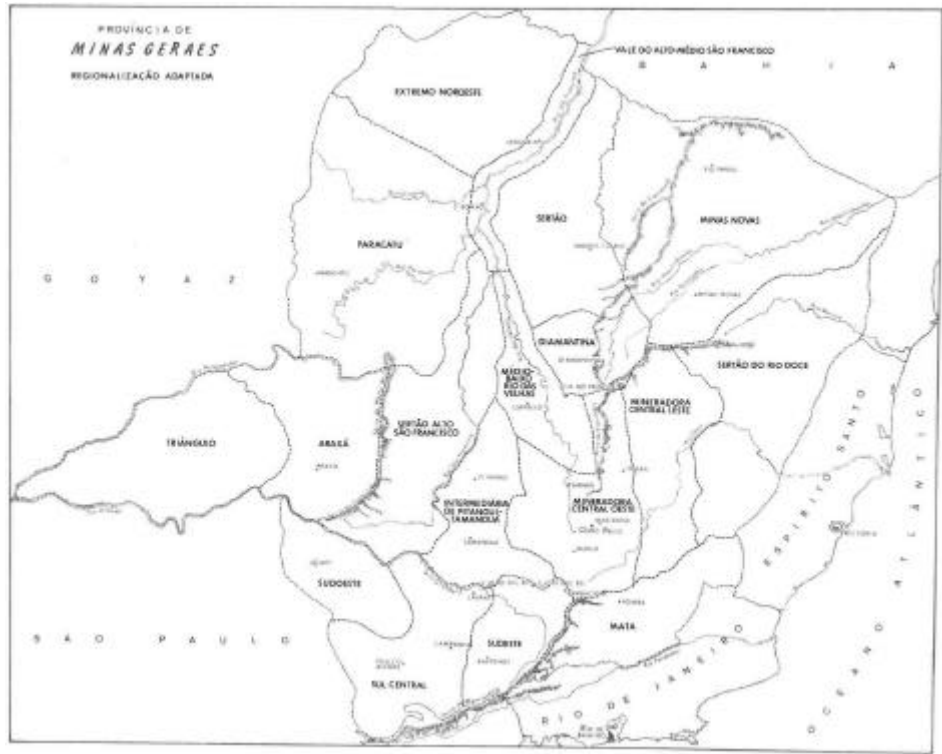
MAPA 1



MAPA 2



MAPA 3



MAPA 4

